



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 3/2022 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM

Projeto Básico Nº 2/2022 - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, Inciso IX, 7º § 2º e 9º da Lei nº 8.666/93 e artigo 3º, elaboramos o presente Projeto Básico, cujo objeto é a aquisição de bens permanentes a serem incorporados no Plenário do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

2 - OBJETO

2.1 Contratação de empresa para aquisição de bens permanentes consistentes em fabricação e instalação de folhas de vidros temperados transparente com a espessura de 8mm, altura de 1,60m e largura de 1,00m, com a borda superior dos vidros arredondadas, instaladas, conforme especificações contidas no projeto visual em anexo (evento [0784375](#)), para proteção individual dos membros da Corte Eleitoral nas sessões a serem realizadas no Plenário do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

2.2 O material solicitado deverá ser **entregue** no Tribunal Regional Eleitoral de RO, situado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP: 76805-901-Porto Velho, bem como **instalado**, mediante prévio agendamento, nas mesas que compõe o Plenário da Corte Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, contendo as seguintes especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTD	FORMA DE MEDIDA
1	Fabricação e instalação em frente de púlpito de <u>folha de vidro temperado transparente</u> com a espessura de 8mm, altura de 1,60m e largura de 1,00m, com a borda superior dos vidros arredondadas. Na instalação deverá ser utilizado 4 prolongadores para vidro de tubo de 2,5cm x 10cm em alumínio	1	Unidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>(Perfuração do vidro conforme projeto visual em anexo (evento 0784375)).</p> <p>Na base da folha de vidro deverá ser utilizado perfil em “U” com a espessura de 8mm, com 1,00m de comprimento, na cor alumínio, colado com silicone.</p> <p>O centro do vidro será instalado no púlpito de forma centralizada (em degrau com 20cm de altura), conforme projeto visual em anexo (evento 0784375).</p>		
2	<p>Fabricação e instalação em lateral de mesa de <u>folha de vidro temperado transparente</u> com a espessura de 8mm, altura de 1,60m e largura de 1,00m, com a borda superior dos vidros arredondadas.</p> <p>Na instalação deverá ser utilizado 4 prolongadores para vidro de tubo de 2,5cm x 10cm em alumínio (Perfuração do vidro conforme projeto visual em anexo (evento 0784375)).</p> <p>Na base da folha de vidro deverá ser utilizado perfil em “U” com a espessura de 8mm, com 1,00m de comprimento, na cor alumínio, colado com silicone.</p> <p>O centro do vidro será instalado nas mesas com 50cm para fora e 50 cm para dentro das mesas, conforme projeto visual em anexo (evento 0784375).</p>	2	Unidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	<p>Fabricação e instalação entre mesas de <u>folha de vidro temperado transparente</u> com a espessura de 8mm, altura de 1,60m e largura de 1,00m, com a borda superior dos vidros arredondadas.</p> <p>Na instalação deverá ser utilizado 8 prolongadores para vidro de tubo de 2,5cm x 10cm em alumínio (Perfuração do vidro conforme projeto visual em anexo (evento 0784375)).</p> <p>Na base da folha de vidro deverá ser utilizado perfil em “U” com a espessura de 8mm, com 1,00m de comprimento, na cor alumínio, colado com silicone.</p> <p>O centro do vidro será instalado nas mesas com 50cm para fora e 50 cm para dentro das mesas, conforme projeto visual em anexo (evento 0784375).</p>	6	Unidades
---	---	---	----------

3 - JUSTIFICATIVA

Necessidade de proteção dos Membros da Corte Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, cujas mesas encontram-se dispostas com distância inferior a 2 metros, conforme dispõe o Parecer Técnico da SAMES, evento [0575935](#), dos autos 0002582-76.2021.6.22.8000.

4 - DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A aquisição pretendida atende ao **OBJETIVO ESTRATÉGICO**
"GARANTIR A INFRAESTRUTURA FÍSICA APROPRIADA ÀS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS" descrito no Planejamento Estratégico.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Considerando as regras previstas no art. 5º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, esta seção não exigiu referidos critérios para todos os itens desta contratação, pois trata, primeiramente, de regra facultativa, entendimento extraído do próprio texto de lei. Vale destacar, também, que a matéria ainda não foi regulamentada no âmbito deste Tribunal.

5.2. De acordo com o artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7.7.2017. Essa comissão está tratando justamente dos estudos para implementação de critérios de sustentabilidade nas contratações, o que não impede a sua adoção, quando aplicável.

5.3 Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n. 131/2020. Após consulta ao referido Plano, verificou-se que não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação destes serviços.

5.4 Todavia, o **Art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021** estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, citando entre eles alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Nesses termos, serão exigidos os seguintes **requisitos sociais e ambientais** da futura prestadora dos serviços:

- a) Usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais;
- b) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- d) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa;
- e) Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;
- f) Todos documentos ou artefatos gerados pela contratada, salvo manifestação explícita pelo TRE-RO deverão ser entregues em formato digital respeitando-se as normas técnicas.

5.5 A qualquer momento, a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências.

6 - DO VALOR

6.1 O valor previsto para a aquisição pretendida é de **R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)**.

Conforme detalhado nas cotações inclusas nos eventos [0789162](#), [0789166](#) e [0789172](#) a empresa **DH3**

Engenharia apresentou o menor valor global para realizar prestação de serviços com a finalidade de fornecer e instalar os materiais objeto do presente Termo de Referência, levando em conta no cálculo a média de preços considerados dentro do padrão e exequíveis.

EMPRESA	PREÇO COTADO
VIDRAÇARIA ALIANÇA (EVENTO 0789162)	R\$ 12.780,00
VIDRAÇARIA ORIENTE (EVENTO 0789166)	R\$ 9.864,62



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DH3 ENGENHARIA (EVENTO 0789172)	R\$ 9.450,00
MÉDIA DE PREÇOS CONSIDERADOS DENTRO DO PADRÃO E EXEQUÍVEIS	R\$ 10.698,20

6.2 Dos valores de Referência

Como se verifica da INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO, incluída no evento [0789438](#), realizada com base nas cotações incluídas nos eventos [0789162](#), [0789166](#) e [0789172](#), a Empresa empresa **DH3 Engenharia** atualmente pratica o menor valor, apresentando a melhor proposta, estando as certidões negativas das empresas incluídas nos eventos [0789176](#), [0789177](#) e [0789180](#), todas de acordo com as exigências legais.

7 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	ORDINÁRIO
AGREGADOR:	MANUTENÇÃO
DESPESA AGREGADA:	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS
PLANO INTERNO:	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - INVESTIMENTO INV PERMAN
VALOR:	R\$ 9.450,00

A contratação pretendida **não** foi prevista no Plano Anual de Contratações 2022, devido necessidade vir posterior a elaboração do PAC, – no decorrer do exercício corrente – em face da Epidemia do COVID-19, fez-se necessário a contratação como medida preventiva e sanitária excepcional para resguardar a saúde pública de todos os Membros da Corte Eleitoral.

8- - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 24, II, da Lei n. 8.666/93)

Pelo valor total da aquisição e considerando o disposto no art. 24, II e IV, da Lei 8.666/93 e MEDIDA PROVISÓRIA Nº 961, DE 6 DE MAIO DE 2020, entende-se, que a contratação pretendida pode ser feita de forma direta,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por **dispensa de licitação**, já que o valor está abaixo do teto legal. Além disso, apesar de haver apenas 03 (três) cotações válidas, verifica-se que **não houve acolhimento do chamamento à participação das cotações por parte de todas as empresas convidadas**. Considerando a **urgência que a medida preventiva requer foi dada continuidade à finalização do Projeto Básico para possibilitar a apreciação tempestiva do mesmo, com a máxima celeridade possível**.

9 – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

De acordo com o item 2 da Cotação de Preços nº 2/2022-SEPM, foi exigido das cotantes apresentarem certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, junto à Fazenda Nacional, Seguridade Social, FGTS, Justiça do Trabalho, inclusas nos, em conjunto, nos eventos a seguir discriminados:

EMPRESA	EVENTO
VIDRAÇARIA ALIANÇA	0789172
VIDRAÇARIA ORIENTE	0789176
DH3 ENGENHARIA	0789180

10 - REQUISITOS DE VALIDADE DA PROPOSTA

I - Validade: 60 (sessenta) dias;

II - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Cotação de Preços.

11 - DA CONTRATAÇÃO

11.1. O Contrato de fornecimento será substituído pela **Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93**.

11.2 Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

11.3 As normas referentes à entrega, prazos, obrigações, sanções, pagamentos e outras são as constantes nas Cotações de Preços, considerando parte integrante deste Projeto Básico, independentemente de transcrição.

11.3.1. Efetuar o pagamento do serviços prestado, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação - CJD, sendo efetuadas as retenções legais.

11.4 Além disso, a contratação será regida pela Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal e pela legislação pertinente, especialmente a Lei 8.666/93.

12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e fiscalização será de competência da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação - CJD, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

13 - DOS ANEXOS

São anexos ao presente instrumento:

- 1) Modelo visual do objeto da contratação, incluso no evento [0784375](#);
- 2) Cotação de Preços Vidraçaria Aliança, inclusa no evento [0789162](#);
- 3) Cotação de Preços Vidraçaria Oriente, inclusa no evento [0789166](#);
- 4) Cotação de Preços DH3 Engenharia, inclusa no evento [0789172](#);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2) Certidões negativas da empresa Vidraçaria Aliança, inclusas no evento [0789176](#);

3) Certidões negativas da empresa Vidraçaria Oriente, inclusas no evento [0789177](#) e;

4) Certidões negativas da empresa DH3 Engenharia, inclusas no evento [0789180](#);



Documento assinado eletronicamente por **MARTA DE LUCIA SILVA SOUZA, Chefe de Seção**, em 15/02/2022, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0791776** e o código CRC **E8151B1F**.

0000200-76.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0000200-76.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – aquisição de 9 unidades de divisórias de vidro para proteção individual dos membros da Corte Eleitoral. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 31 / 2022 - PRES/DG/AJDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Seção de editoração, publicação e memória eleitoral – SEPM ([0781628](#)), objetivando a **contratação de empresa especializada na instalação de 9 unidades de divisórias de vidro para proteção individual dos membros da Corte Eleitoral nas sessões** a serem realizadas no Plenário do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

02. A Solicitação de Contratação 8 ([0781748](#)) pede a autorização para a elaboração de estudo técnico preliminar (ETP) e projeto básico (PB) da contratação pretendida, e foi encaminhada pela unidade demandante à Secretária de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade. Pelo Despacho nº 102/2022-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0781945](#)), o pedido foi deferido pelo secretário da SAOFC, que determinou o envio dos autos à unidade solicitante/demandante para a elaboração do ETP e PB.

03. O Estudo Técnico Preliminar (ETP), para dispensas e inexigibilidades de licitação, contendo os elementos iniciais para elaboração do projeto básico foi juntado aos autos no evento [0789192](#). Para a estimativa do valor da despesa a unidade utilizou-se da Pesquisa de Preços entre empresas do mercado local ([0783832](#)). Encaminharam propostas as empresas Vidraçaria Aliança ([0789162](#)), Vidraçaria Oriente [0789166](#), DH3 Engenharia ([0789172](#)), tendo sido juntada a regularidade fiscal das referidas empresas nos eventos [0789176](#), [0789177](#) e [0789180](#), respectivamente.

05. Após a realização da Cotação de Preços nº 02/2022, a SEPM elaborou a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0789438](#)) e o Projeto Básico nº 2/2022 – PRE/DG/SJGI/CJD/SEPM ([0789194](#)) e encaminhou os autos à unidade competente para continuidade do feito, conforme Remessa 6/2022 – PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM ([0789495](#)).

06. Em seguida, a Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), unidade responsável pela avaliação de Termo de Referência e Projeto Básico, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE nº 004/08, solicitou diligências para adequação do Projeto Básico 2/2022, conforme consta no evento [0790691](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. Realizadas as adequações solicitadas, a SEPM encaminhou à COMAP o Projeto Básico 03/2022 ([0791776](#)), juntamente com uma nova Informação Conclusiva Valor Estimado (0791783), entendendo esta unidade pela regularidade do Projeto Básico citado, atestando que o referido instrumento, complementado pela proposta da empresa, encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX art. 7º, inc. I da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 04/2008 do TRE-RO, consoante Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 13/2022 ([0791922](#)).

07. Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) apresenta nos autos disponibilidade orçamentária e financeira no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) para suportar a despesa no presente exercício ([0792553](#)).

08. Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica acerca da modalidade licitatória a ser adotada. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

09. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

10. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

II - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

11. Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) para a modalidade convite.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. No caso em tela, o valor da aquisição pretendido é de **R\$ 9.450,00** (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme demonstrado no Projeto Básico ([0791776](#)), na Cotação de Preço realizada ([0789172](#)), e na informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação ([0789438](#)). Assim, está dentro do limite legal apresentado no item anterior. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

13. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

14. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

15. No vertente caso, 03 (três) empresas com regularidade fiscal e trabalhista apresentaram propostas válidas, são elas:

- **VIDRAÇARIA ALIANÇA**, CNPJ nº 07.906.181/0001-69, apresentou proposta do valor total de **R\$ R\$ 12.780,00** ([0789162](#)) e habilitação fiscal e trabalhista regulares ([0789176](#)).
- **VIDRAÇARIA ORIENTE** - CNPJ nº 05.483.056/0001-68, apresentou proposta do valor total de **R\$ 9.864,62** ([0789166](#)) e habilitação fiscal e trabalhista regulares ([0789177](#)).
- **DH3 ENGENHARIA**- CNPJ 28.810.426/0001-20, apresentou proposta do valor total de **R\$ 9.450,00** ([0789172](#)) e habilitação fiscal e trabalhista regulares ([0789180](#)).

16. Essa hipótese vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União (TCU) nos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário**. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, “faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal”. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. **Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (sem grifo no original)

17. Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **DH3 ENGENHARIA, com a proposta no valor total de R\$ 9.450,00 e habilitação fiscal e trabalhista regulares**, justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão preenchidos.

18. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TCU. Acórdão n. 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (Sem grifo no original)

19. No caso ventilado, a empresa com a melhor proposta apresenta regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados nos eventos [0789172](#) e [0789180](#). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

20. Pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa DH3 ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 28.810.426/0001-20, a qual ofertou o menor preço para as aquisições em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

21. De outro lado, o PB nº 3/2022-PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM ([0791776](#)), complementado pela cotação de preços nº 02/2022-PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93), motivo pelo qual pode ser apresentado à **autoridade competente para sua aprovação**.

III – CONCLUSÃO

22. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta com a empresa DH3 ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 28.810.426/0001-20, por dispensa de licitação, nos termos do **art. 24, II, da Lei nº 8666/1993**; e

b) pela apresentação do PB 3 juntado aos autos ([0791776](#)) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

23. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que impedida regimentalmente a pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da unidade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA MARQUES TAVARES DA SILVA, Assistente I**, em 23/02/2022, às 16:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 23/02/2022, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0793737** e o código CRC **5D845A87**.

0000200-76.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0000200-76.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – aquisição de 9 unidades de divisórias de vidro para proteção individual dos membros da Corte Eleitoral.

DESPACHO Nº 201 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado por solicitação da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM, visando à contratação de empresa especializada na instalação de 9 (nove) unidades de divisórias de vidro para proteção individual dos membros da Corte Eleitoral nas sessões a serem realizadas no Plenário do Edifício Sede deste Tribunal ([0781628](#)).

Para instruir os autos, juntou-se a solicitação de contratação ([0781748](#)), estudo técnico preliminar para dispensas e inexigibilidade de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação ([0789192](#)) e informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0791783](#)).

Carreou-se, também, as cotações de preços obtidas no mercado local apresentadas pelas empresas Vidraçaria Aliança Eireli ME ([0789162](#)); Vidraçaria Oriente Ltda. EPP ([0789166](#)) e DH3 Engenharia Ltda. ([0789172](#)).

Conforme o Projeto Básico 3 ([0791776](#)), a proposta apresentada pela empresa DH3 Engenharia, CNPJ nº 28.810.426/0001-20, foi a vencedora da cotação, apresentando o menor preço, no valor total de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) e atendeu às exigências de habilitação fiscal e trabalhista regulares.

A COMAP, em análise do projeto básico, complementado pela cotação de preços do proponente, juntada no evento nº [0789172](#), concluiu que a contratação que se presente efetivar encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 14 da Lei 8.666/93 para contratação direta com dispensa de licitação. Ademais, manifestou-se favorável à adjudicação do objeto à empresa que apresentou a melhor proposta ([0791922](#)).

A COFC, considerando se tratar de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício, encaminhou o feito à SPOF para emissão de pré-empenho, tendo a providências sido cumprida ([0792536](#) e [0792553](#)).

Instada, a AJDG opinou pela viabilidade de contratação direta da empresa, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso II, da lei nº 8.666/1993; e pela regularidade do projeto básico ([0793737](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação e se manifestou pela aprovação do ETP e do PB; autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação; regularidade da informação conclusiva do valor estimado; contratação direta da referida empresa, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; publicação da dispensa apenas no DJE, em respeito ao princípio da publicidade ([0795127](#)).

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei nº 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, tem em seu artigo 191 c/c 193, a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Compulsando os autos, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor estimado está dentro do limite legal permitido, podendo ser autorizada com amparo no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, já que houve regular cotação de preços entre as empresas especializadas nesse ramo de atividade, o que restou comprovado nos autos.

Com efeito, foram obtidas no mercado local três cotações válidas, ofertadas por empresas aptas a contratar com o setor público, o que vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União nos Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário. Sendo assim, a cotação de preço levada a cabo é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicável a todas as contratações diretas, consoante o disposto no art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993, conforme item 13 do Parecer Jurídico AJDG [0793737](#).

Pelo exposto, com amparo nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, bem como nos documentos e informações constantes dos autos:

1 - aprovo o ETP ([0789192](#)) e o Projeto Básico 3 ([0791776](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

2 - aprovo o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva, de evento nº [0791783](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

3 - autorizo a despesa, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

4 - autorizo a substituição do contrato pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, sendo instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual;

5 - adjudico o objeto à empresa DH3 Engenharia Ltda, CNPJ nº 28.810.426/0001-20, por ter apresentado o menor preço, R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), e autorizo **a emissão de Nota de Empenho** em seu favor, por ter apresentada a melhor proposta e estar apta a contratar com a Administração Pública.

À SAOFC, para a continuidade das ações, visando a contratação pretendida e certificar que esta Administração não realizou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratações da mesma natureza, no presente exercício, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de fracionamento irregular de despesa.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 24/02/2022, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0795190** e o código CRC **99B398AD**.

0000200-76.2022.6.22.8000